



EDIÇÃO ESPECIAL:
PROINFANTIL EM
DEBATE

Ano XX Boletim 20 - Dezembro 2010

SUMÁRIO

EDIÇÃO ESPECIAL: PROINFANTIL EM DEBATE

Apresentação da edição especial

Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação

Infantil – Proinfantil: um panorama 3

Patrícia Corsino, Daniela de Oliveira Guimarães e Marina Pereira de Castro e Souza

PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFANTIL: UM PANORAMA

APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO ESPECIAL

Patrícia Corsino¹

Daniela de Oliveira Guimarães²

Marina Pereira de Castro e Souza³

INTRODUÇÃO

Antes de traçar um panorama do Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil – Proinfantil, cabe situá-lo no contexto histórico da Educação Infantil no Brasil.

Foi uma opção brasileira não dissociar educação e cuidados e proporcionar um atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos de idade, em instituições reguladas e geridas pelos sistemas educacionais, rompendo com a ideia de atendimento assistencial e instituindo a educação como um direito público subjetivo do cidadão desde que nasce.

Segundo Nunes, Corsino e Didonet (2009), esta opção foi fruto de um longo processo histórico de articulação entre duas dimensões: uma social, política e administrativa, e outra técnico-científica, que passam a conceber a criança de forma ampla e integrada e a infância como um momento fundamental no processo de formação humana. Produziu-se a ideia de Educação Infantil, com dois segmentos etários (0-3 anos – creche e 4-6 anos – pré-escola)⁴, mas sem fragmentação do processo educacional, cuja intenção foi garantir a continuidade pedagógica e romper com a cisão histórica entre as creches “pobres para os pobres” e as pré-escolas para/das crianças das classes favorecidas.

3

1 Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da UFRJ e coordenadora do Proinfantil no Rio de Janeiro. Consultora da edição especial.

2 Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFRJ e coordenadora adjunta do Proinfantil no Rio de Janeiro.

3 Mestranda em Educação da UFRJ, Assessora Técnico Pedagógica do Proinfantil do Rio de Janeiro.

4 A Lei nº 11.274/2006 institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração e a inclusão das crianças de seis anos de idade. Assim, as crianças com seis anos completos até o início do ano letivo não estão mais na Educação Infantil. Mantivemos a faixa etária de 0 a 6 anos, entendendo que, ao longo do último ano de pré-escola, as crianças estarão completando seis anos.

Novos paradigmas sobre infância, criança e Educação Infantil e sobre a função social e educacional do Estado, na sua ação complementar às famílias, se fazem presentes na Constituição Federal de 1988, bem como nas outras leis decorrentes dela, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). Esta última, ao conceber a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, exige qualidade educacional, o que significa ter, principalmente: unidades escolares equipadas e organizadas para o atendimento educacional das crianças de 0 a 6 anos, proposta pedagógica adequada à faixa etária, professores qualificados e habilitados para o exercício da função docente.

Nesta perspectiva, a função docente em creches e pré-escolas, antes exercida por qualquer profissional, passou a ser de responsabilidade de um professor com formação de nível superior, admitindo-se, como formação mínima para o exercício do magistério, o Ensino Médio, na modalidade Normal (Artigo nº 62). Assim, a LDB equipara a carreira docente do professor da Educação Infantil à do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, passando a ter direito a uma formação compatível com sua função, a um plano de carreira e a todas as conquistas da categoria, como, por exemplo, a inclusão

na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial nacional para professores da educação básica pública (R\$ 950,00, para uma jornada de 40 horas semanais) e nas ações e propostas decorrentes da Política Nacional de Formação de Professores (Decreto nº 6.755/09).

A Educação Infantil passa a fazer parte da pauta das políticas públicas educacionais e ganha um capítulo no PNE (Plano Nacional de Educação – 2001-2010, Lei nº 10.172, de 09/01/2001) que estabelece diretrizes político-pedagógicas comuns à creche e à pré-escola. Entre elas, determina: o atendimento, até 2011, de 50% das crianças de 0 a 3 anos e de 80% das de 4 a 6 anos; a elaboração de padrões mínimos de infraestrutura para creches e pré-escolas; que todas as instituições de educação infantil tenham seus Projetos Pedagógicos; que sejam estabelecidos parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção de medidas de melhoria da qualidade, entre outros. Portanto, o plano aponta para uma expansão da oferta de Educação Infantil, mas com qualidade, entendida de forma ampla.

A formação de professores tem sido assinalada pelas pesquisas e pelos documentos oficiais (MEC-SEB, 2008, vol. 1 e vol. 2) como um dos principais fatores que afetam a qualidade na Educação infantil. Uma das metas

do PNE foi ter todos os profissionais que atuam na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental com formação em nível médio (modalidade Normal) até 2006 e 70% com formação em nível superior, até 2011. O Censo Escolar de 2006, entretanto, apontou percentuais bem aquém das metas do Plano: 5,2% dos professores das creches e 2,1% dos de pré-escola não tinham Ensino Fundamental completo; a escolaridade em Ensino Médio completo atingia 60,8% dos professores das creches e 52,3% dos de pré-escola e em nível superior, 34% dos professores das creches e 45,6% dos das pré-escolas. Este panorama em números absolutos significa quase 40 mil profissionais da educação Infantil sem a formação mínima exigida pela LDB.

O Ministério da Educação propôs o Proinfantil na perspectiva de: atingir metas do PNE de habilitar professores em exercício através da execução de programas de formação em serviço em articulação com instituições de ensino superior e cooperação técnica e financeira da União e dos estados; elevar o nível da qualidade do ensino no país; cumprir a determinação da LDB de que os municípios e, supletivamente, os estados e a União, realizem programas de formação para professores em exercício, utilizando também,

para isto, os recursos da educação a distância (Art. 87, §3º, III) e da Resolução 01/03 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que determina que os sistemas de ensino ofereçam a formação em nível médio, na Modalidade Normal, até que todos os docentes da educação Infantil possuam, no mínimo, essa habilitação.

Trata-se de um programa desenvolvido pela União, em parceria com as universidades federais, estados e municípios, correspondendo a cada ente federado diferentes responsabilidades, conforme definidas nas Diretrizes Gerais do Programa⁵ e estabelecidas em um Acordo de Participação que é assinado pelas três instâncias envolvidas.

O Proinfantil é um curso semipresencial de formação em Ensino Médio, na modalidade Normal, emergencial, oferecido para professores em exercício nos sistemas municipais e estaduais de ensino. Tem duração de 2 anos, perfazendo um total de 3.392 horas, distribuídas em quatro módulos semestrais de 848 horas cada um. O curso confere diploma para o exercício da docência na Educação Infantil. É oferecido aos professores em exercício na educação infantil, que atuam em creches e pré-escolas da rede pública e da rede privada sem fins lucrativos (fi-

5 Foi elaborada recentemente a Resolução/CD/FNDE/ nº 29, de 05 de outubro de 2010, que estabelece os critérios e os procedimentos para a participação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES na implementação do Proinfantil.

lantrópicas, comunitárias ou confessionais, conveniadas ou não) e que não possuem a formação exigida pela legislação vigente. Tem como principais objetivos: i) habilitar para o magistério, em nível médio, os professores que exercem atividades docentes na Educação Infantil; ii) elevar o nível de conhecimento e aprimorar a prática pedagógica dos docentes em exercício; iii) valorizar o magistério, oferecendo condições de crescimento profissional e pessoal ao professor; iv) contribuir para a qualidade social da educação das crianças de 0 a 6 anos, nas instituições de educação infantil.

As mudanças de concepções de infância e de educação infantil ocorridas nas últimas décadas trazem implicações tanto no âmbito das políticas, quanto do cotidiano da escola. A importância dos primeiros anos de vida na constituição do sujeito em todos os aspectos do seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, cultural, social é hoje consenso em diferentes meios e campos de pesquisas. Trabalhar com crianças em creches e pré-escolas exige dos professores amplo conhecimento acerca do desenvolvimento infantil, do processo de aprendizagem, da relação entre escola, cultura, conhecimento e saberes, além de posicionamento político frente à função social e cultural da escola e relacionamento com as famílias e a comunidade. Tudo isso demanda formação compatível com a complexidade da tarefa. O Proinfantil, como programa emergencial,

busca corrigir os resquícios de uma falta de profissionalização do docente da educação infantil, rompendo com as antigas concepções de infância e de educação infantil. A União, em parceria com os estados e municípios, exercendo sua função supletiva, com o Proinfantil habilita o docente em exercício, na perspectiva de valorização da especificidade do magistério praticado em creches e pré-escolas que estão sob a gestão dos sistemas de ensino, que foram reguladas pelos conselhos municipais e estaduais de educação e cujas crianças são contabilizadas na distribuição de verbas do Fundeb.

É importante destacar que, em nível nacional, o Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação Básica e de Educação a Distância e em parceria com as universidades federais, responsabiliza-se pela elaboração da proposta técnica, pedagógica e financeira; pela produção, impressão e distribuição de materiais, pela estratégia de implementação do programa; pela formação das equipes envolvidas; pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação de todas as ações, entre outras, como serão descritas no item a seguir.

Cabe ressaltar que, além do Proinfantil, para promover a formação inicial de professores em exercício sem a habilitação mínima exigida por lei, foram desenvolvidos pela União os programas: Proformação, para os professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Funda-

mental, e o Prolicenciatura, para os que dão aula nos anos finais do Ensino Fundamental sem licenciatura na área em que atuam.

BREVE HISTÓRICO DO PROINFANTIL

O Proinfantil foi concebido, ao longo do ano de 2004, pela Secretaria de Educação Básica – SEB, do MEC, a partir da metodologia adotada no Proformação, programa de formação de Ensino Médio, modalidade Normal, destinado a professores em exercício nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sem a formação mínima exigida pela legislação brasileira. O Proformação foi tomado como referência, tanto no que diz respeito às parcerias entre União, Estados e Municípios, quanto à estrutura e ao funcionamento do programa. O material do Proformação, organizado em 4 módulos, com 8 unidades cada um, bem como a estrutura curricular e os conteúdos das disciplinas do núcleo básico do Ensino Médio também serviram de referência para a organização do Proinfantil.

Com o objetivo de atender a uma formação em Ensino Médio, na modalidade Normal, em conformidade com as especificidades da Educação infantil, já que se destinava a professores em exercício nesta etapa da Educação Básica, optou-se por elaborar para o Proinfantil o material pedagógico específico para as disciplinas Fundamentos da Educação e Organização do Trabalho Pedagógico, mantendo-se do Proformação as disciplinas

Vida e Natureza, Matemática e Lógica, Identidade, Sociedade e Cultura, Linguagem e Códigos.

Foi sob a coordenação da COEDI - Coordenação da Educação Infantil (SEB-MEC) que grupos de pesquisa de diferentes regiões do Brasil, referências na área da Educação Infantil, foram convidados a elaborar o material das disciplinas pedagógicas do Programa. Com o objetivo de dar uma unidade ao material elaborado por várias mãos, o MEC convidou o grupo da professora Sonia Kramer para fazer uma revisão geral dos módulos das referidas disciplinas. A unidade dada teve como eixo as artes plásticas e a literatura. As duas disciplinas pedagógicas ganharam livros específicos, separados das disciplinas da base comum do Ensino Médio, para poderem também ser utilizadas em outras modalidades de formação de professores de Educação Infantil, já que todo material encontra-se disponível no site do MEC para livre acesso e reprodução.

O MEC foi responsável não só pela coordenação do processo de concepção e de elaboração do material, como também pela impressão e distribuição do material em todos os estados que aderiram ao programa, em cada um dos Grupos em que foi implantado nestes cinco anos. Conforme será abordado a seguir, também ficou sob a responsabilidade da COEDI/SEB/MEC a implantação dos dois primeiros grupos do Proinfantil.

Em 2005, o Proinfantil começou com um Grupo Piloto em quatro estados: Ceará, Goiás, Rondônia e Sergipe, sob a coordenação da COEDI, responsável pela implantação e acompanhamento do programa, pela formação de tutores e de professores formadores, entre outras atribuições. No ano seguinte, ainda sob a coordenação da COEDI, o MEC inicia o Grupo 1 nos estados de Alagoas, Amazônia, Bahia, Ceará, Piauí e Rondônia.

Em 2008, teve início o Grupo 2, nos estados de Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Rondônia e Sergipe, agora com a parceria de quatro Universidades Federais. A coordenação do Programa saiu da COEDI/SEB e passou para a Secretaria de Educação a Distância-SEED, do MEC.

Em 2009, com o intuito de uma ampliação das ações e terminalidade do Programa, inicia-se o Grupo 3 em 18 estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe. Treze Universidades Federais compõem a parceria com o MEC na implementação do Grupo 3.

Cabe a ressalva de que a adesão ao programa é uma escolha dos estados e municípios. O MEC é um indutor de políticas educacionais e cada ente federado tem autonomia para optar ou não pelos programas propostos

pela União. Cada ente parceiro tem suas responsabilidades e a adesão significa disponibilizar recursos, portanto, incluir o programa nas suas agendas políticas. No caso do Proinfantil, como um curso para professores em exercício na Educação Infantil, é necessário que estados e municípios articulem o programa às suas políticas de Educação Infantil e de formação de professores desta etapa da Educação Básica. Mas a definição do que entra ou sai da pauta das agendas estaduais e municipais tem a ver com inúmeros fatores que vão das questões político-partidárias, passando pela falta de recursos e chegando à falta de esclarecimento sobre a função supletiva dos estados frente aos municípios e dos municípios frente às instituições públicas e privadas de seus sistemas municipais de educação.

Sendo assim, nem todos os estados aderiram ao programa e os que aderiram dimensionaram sua capacidade de atendimento à demanda dos municípios, ou seja, à sua possibilidade de organizar e alocar recursos para manter as Agências Formadoras - AGF, que são escolas estaduais compostas por um coordenador, um articulador pedagógico e sete professores das disciplinas do Ensino Médio, modalidade Normal. O que significa ceder e organizar um local (minimamente uma sala), equipá-lo com uma estrutura compatível com o funcionamento do programa (computador, linha telefônica, plantões pedagógicos dos professores formadores) e custear esta

equipe de professores. Da mesma forma, a adesão dos municípios coube aos gestores municipais, de acordo com suas escolhas e prioridades políticas. Já que é necessário disponibilizar tutores para o Programa, que são professores das redes municipais de educação, é necessário dar condições para o professor cursista estudar (pagar deslocamentos, estadia e refeições nas fases presenciais) e contribuir mensalmente com as despesas das AGF. A decisão de arcar com tais custos e a de incluir, ou não, os professores das escolas privadas não lucrativas foram escolhas que tiveram de ser feitas em tempo hábil para o início do programa.

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, mesmo depois de quatorze anos pós LDB, ainda está se firmando na área educacional. Nem todos os estados têm a dimensão de que o Ensino Médio, modalidade Normal, é ainda a formação mínima exigida para o exercício do magistério da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, portanto, é de sua competência a oferta dessa etapa de escolaridade nas suas redes de ensino, sendo necessária para muitas localidades brasileiras. Por sua vez, os municípios, por questões político-administrativas, terceirizam a contratação de professores de creches e pré-escolas para a gestão de organizações não governamentais / organizações sociais e/ou contratam pessoal sem a formação mínima exigida para baratearem os custos da Educação Infantil.

Essa é uma visão pouco esclarecida sobre os novos paradigmas da Educação Infantil, ou uma visão imediatista de que são altos os custos da primeira etapa da Educação Básica. Visão de barateamento que vai na contramão da legislação vigente, e que também contraria os estudos das diferentes áreas, especialmente Psicologia, Sociologia e Economia. Os estudos da área econômica, por exemplo, têm mostrado os impactos positivos da frequência das crianças à Educação Infantil, tanto imediatos, quanto a médio e a longo prazos; tanto para a própria criança, quanto para sua família (na economia doméstica, com as possibilidades de as mães trabalharem enquanto os filhos estão nas instituições de Educação infantil, no processo de escolarização das crianças com melhores desempenhos e sucesso escolar nos anos subsequentes, entre outros).

O acompanhamento do Proinfantil, ao longo destes cinco anos de implantação, juntamente com a dimensão que o programa tem assumido nos diferentes estados e municípios parceiros, tem revelado um importante fortalecimento da Educação Infantil e da profissionalização dos docentes que atuam nesta etapa educacional. Como será abordado na terceira parte deste texto, há uma capilaridade do Programa que, com a sua dinâmica de acompanhamento da prática pedagógica do cursista, acaba atingindo as equipes das creches e pré-escolas onde os cursistas atuam, dando uma maior visibili-

dade da especificidade da Educação Infantil e impondo a necessidade de investimento

na qualidade do trabalho desenvolvido nestas instituições.

A Tabela 1 traz uma síntese dos números do Proinfantil, do grupo Piloto até o Grupo 3, com término previsto para julho de 2011, um panorama da abrangência do programa nestes anos de implantação:

Tabela 1 - Número de professores cursistas inscritos, de cursistas formados, de professores formadores e de tutores do Proinfantil, por grupo – MEC, out./2010.

GRUPO	Datas Início e Fim	Nº de Cursistas inscritos	Nº de Cursistas formados	Nº de Professores Formadores	Nº de Tutores
Grupo Piloto	2005/2007	1.408,00	782,00	259,00	217,00
Grupo 1	2006/2007	2.443,00	1.448,00	328,00	317,00
Grupo 2	2008/2010	3.566,00	1.643,00	491,00	525,00
Grupo 3	2009/2011	8.971,00	8.805,00	763,00	1.122,00
Total Geral		16.388,00	12.678,00	1.841,00	2.181,00

* OBS.: No Grupo 3 - Previsto para terminar em 2011, mantivemos o número de inscritos como formados.
Fonte: MEC – SEED -Coordenação Nacional do Proinfantil, out./2010.

10

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Como relatado no histórico, o Proinfantil encontra-se no Grupo 3 e, ao longo destes cinco anos de implementação, especialmente com a entrada das universidades federais no Grupo 2, algumas alterações ocorreram na estrutura e no funcionamento descritos no Guia Geral do Proinfantil, disponível online no site do MEC. Portanto, abordaremos neste item a estrutura atual do Proinfantil, trazendo o seu funcionamento em linhas gerais, no que é previsto e acordado entre cada parceiro.

A implementação do Proinfantil é descentralizada, prevendo uma estrutura organi-

zacional em três níveis: nacional, estadual e municipal, que devem funcionar de maneira integrada, com funções e responsabilidades específicas. A parceria é formalizada por meio da assinatura de um acordo de participação que deve reger as ações nas diferentes esferas. Com as universidades, o MEC estabelece uma parceria por meio de descentralização de crédito.

No nível nacional, o Proinfantil é, atualmente, executado e coordenado pela Secretaria de Educação a Distância – SEED, do Ministério da Educação, em parceria com as Universidades Federais. Há uma Coordenação Nacional do Proinfantil (CNP), sediada na SEED-MEC, que é responsável pela elabora-

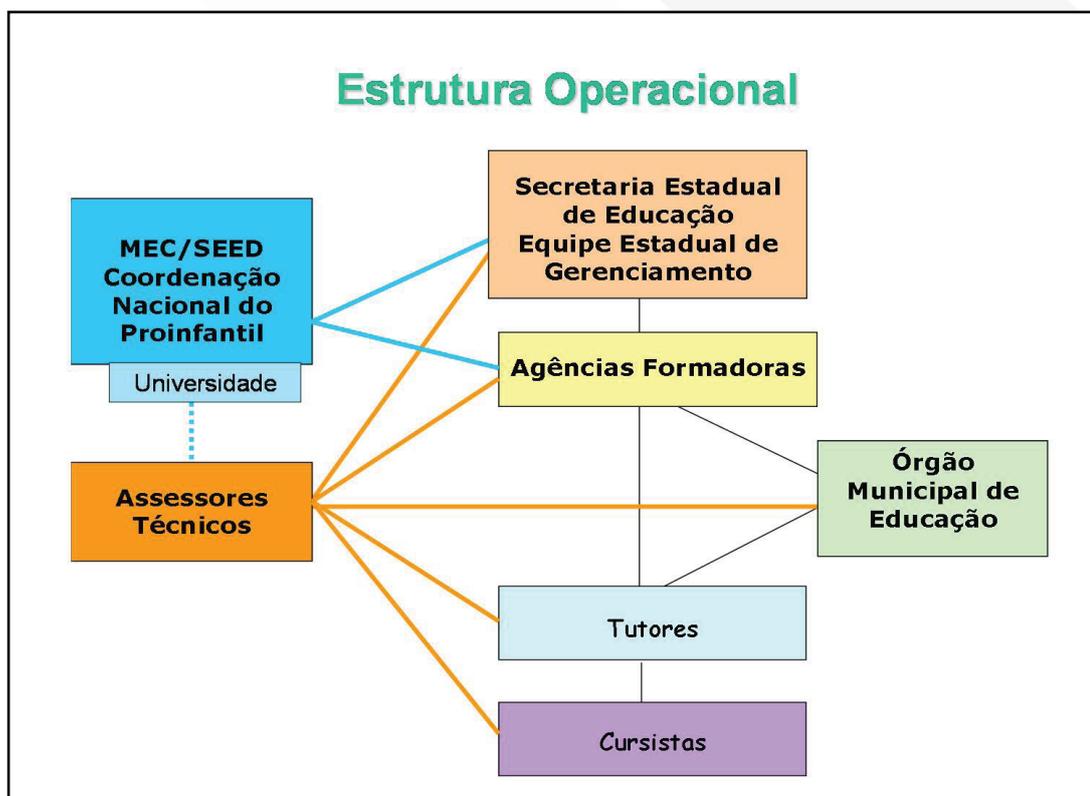
ção das propostas técnica e financeira, pela estratégia de implantação do Programa, pela articulação política e institucional, pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação de todas as ações realizadas em cada estado. Cabe às universidades federais estabelecer articulações com as equipes estaduais de gerenciamento do programa; coordenar os assessores técnico-pedagógicos (ATP) em todas as ações desenvolvidas na implementação e no acompanhamento do programa nos estados envolvidos; planejar, coordenar e operacionalizar os Encontros Estaduais de formação de tutores e de formação dos professores formadores; elaborar, imprimir e distribuir as provas nos estados; aprimorar o sistema de avaliação do programa; fazer o acompanhamento pedagógico do Proinfantil e promover ações de formação continuada junto aos envolvidos no Proinfantil nos estados. Os ATP são, preferencialmente, especialistas em Educação Infantil, selecionados pelas universidades, que fazem a articulação técnico-pedagógica entre CNP, universidades, Equipe Estadual de Gerenciamento do Proinfantil (EEG) e Agências Formadoras (AGF).

No nível estadual, o Proinfantil estabelece parceria com as Secretarias Estaduais de Educação que, por meio da Equipe Estadu-

al de Gerenciamento do Proinfantil (EEG), é responsável pela certificação; pelo acompanhamento das equipes das Agências Formadoras (AGF), que congregam coordenadores, articuladores pedagógicos (API) e professores formadores (PF) das áreas do Ensino Médio; pelo gerenciamento das bolsas de estudos do programa, do Sistema de Informatização do Proinfantil (SIP) e da contrapartida dos municípios, descrita no Acordo de Participação.

No nível municipal, fazem parte do Proinfantil a Secretaria Municipal de Educação por meio do Órgão Municipal de Educação (OME) e do grupo de Tutores (TR). Os Tutores (TR) são professores vinculados às secretarias municipais de educação, preferencialmente, com experiência na área de Educação Infantil, que orientam o processo de formação dos cursistas, acompanham os estudos individuais, auxiliam no cumprimento de todas as atividades previstas no curso, supervisionam a prática pedagógica, avaliam os cadernos de atividade e os portfólios (que contêm o memorial de formação, planejamento de atividades, registros reflexivos). O TR tem a AGF à qual está vinculado como ponto de apoio pedagógico e cada TR é responsável pelo acompanhamento de até 10 professores cursistas.

O quadro a seguir ilustra a estrutura operacional do Proinfantil:



12

O curso é desenvolvido em quatro semestres, totalizando 3.392 horas. Cada semestre corresponde a um Módulo de 848 horas. Tem como metodologia de trabalho três grupos de atividades: i) as coletivas, que são os momentos de estudo em grupo organizados em Fases Presenciais (10 dias/76 horas, no início de cada Módulo, nos meses de janeiro e julho), Encontros Quinzenais (EQ - 8 por módulo, totalizando 64 horas) e Fases Presenciais intermediárias (uma a cada bimestre, totalizando 20 horas); ii) as individuais, que são o estudo individual dos livros de estudos, os registros reflexivos e as respostas aos cadernos de aprendizagem, o Portfólio (memorial, planejamento diário, registro de

atividades), a prática pedagógica, as provas bimestrais e o projeto de estudo; iii) as de tutoria, que compreendem o acompanhamento do tutor, os plantões dos professores formadores nas AGF e o serviço de comunicação (é previsto um apoio à aprendizagem a distância, via telefone, via email, que na maioria dos estados não tem funcionado). Para melhor compreender a dinâmica do funcionamento do programa, faremos a seguir um detalhamento de algumas destas atividades.

Em relação ao cursista, cada módulo se inicia com a Fase Presencial de 76 horas de aulas, oficinas e atividades culturais nas

AGF, que são planejadas e ministradas pelos professores de cada disciplina curricular do Ensino Médio (PF). Este momento acontece no período de janeiro e julho, cabendo às Secretarias Municipais de Educação viabilizar a participação dos professores cursistas (legitimando o recesso junto às instituições, quando não for período de férias, e se comprometendo com o deslocamento, estadia e alimentação durante o período). Acabada esta fase, os PC recebem os materiais impressos de cada módulo para estudo individual (8 livros com os conteúdos da base comum do Ensino Médio, 8 com as disciplinas pedagógicas e 8 cadernos de aprendizagem). A cada quinze dias, há um encontro quinzenal – EQ, realizado em uma escola municipal aos sábados. É um momento de estudos, de entrega de material elaborado individualmente para o tutor. É também momento de recebimento do material corrigido e comentado pelo tutor, de trocas coletivas sobre o planejamento da prática pedagógica que será/foi avaliada pelo tutor, de estudos e articulação entre teoria e prática. No final de quatro unidades, há uma Fase Presencial Intermediária, realizada pelos professores formadores, que tem como objetivo a superação das dificuldades identificadas na análise do desempenho dos cursistas em relação aos conteúdos dos livros de estudo. Esta atividade antecede as provas bimestrais. O cursista que não atingiu 60% de acerto nas respostas das provas de uma ou mais disci-

plinas recebe do PF exercícios complementares para estudo e tem a oportunidade de fazer uma prova de recuperação. Nas atividades presenciais, como em qualquer outro curso, é exigida do cursista a frequência de no mínimo 75% da carga horária.

Mensalmente, durante os dois anos do programa, o tutor acompanha a prática pedagógica dos cursistas nas instituições onde eles atuam. Os cursistas planejam este dia em que serão avaliados e os tutores, além de discutirem o planejamento, fazem reuniões de reflexão sobre a prática observada. Dessa forma, o Programa vale-se da formação em serviço e torna possível a reflexão teórica sobre a prática, considerando as características, as necessidades, os limites e as facilidades apresentados pelas instituições onde os cursistas atuam, entendendo a instituição escolar como um importante lócus de formação.

No Proinfantil, a escrita é considerada um importante instrumento de reflexão e de formação pela possibilidade de organização do conhecimento e de expressão de ideias e sentimentos. Por isso, faz parte de várias atividades desenvolvidas pelo cursista. Além das respostas no caderno de aprendizagem - CA (atividades sobre os conteúdos das áreas temáticas com base nos livros de estudos), há o registro reflexivo – um dos instrumentos de autoavaliação do cursista sobre o seu processo de construção de conhecimentos,

que é registrado também no CA, e o Portfólio, um instrumento voltado essencialmente para as disciplinas pedagógicas. O Portfólio vai sendo construído ao longo das unidades com o planejamento diário do trabalho que foi observado pelo tutor na visita mensal às creches e pré-escolas; com os registros de atividades, que consistem numa reflexão sobre uma atividade interessante desenvolvida com as crianças (com planejamento, relato e avaliação da atividade desenvolvida); com o memorial, que é uma escrita livre do cursista sobre o seu processo de experiência e formação ao longo do curso. Por meio do memorial, o cursista registra e analisa sua própria trajetória, primeiramente na vida escolar (como cidadão/aluno que não completou a educação básica), depois na construção de sua identidade profissional (como professor não-titulado) e, finalmente, como participante do Proinfantil. Também é solicitado ao cursista um Projeto de Estudos, que é uma atividade de pesquisa e/ou de ação pedagógica a respeito de algum aspecto de sua realidade local, uma proposta de investigação, estudo e registro que busca a articulação entre teoria e prática.

Como já apontamos, o Programa congrega os conhecimentos básicos, tanto das áreas da base comum do Ensino Médio, quanto da área pedagógica, para o exercício do magistério na Educação Infantil. Os Livros de Estudo impressos, que trazem as atividades autoinstrucionais organizam-se em 2 volumes.

No Volume I, encontram-se as disciplinas da Base Nacional do Ensino Médio e no Volume II, as disciplinas da Formação Pedagógica, específicas da Educação Infantil. O currículo estrutura-se em seis áreas temáticas, do seguinte modo:

- Base Nacional do Ensino Médio (Linguagens e Códigos /Língua Portuguesa; Identidade, Sociedade e Cultura/Sociologia, Filosofia, História e Geografia; Matemática e Lógica /Matemática; Vida e Natureza/Biologia, Física e Química) e
- Formação Pedagógica (Fundamentos da Educação/Sociologia, Filosofia da Educação, Antropologia e Psicologia); Organização do Trabalho Pedagógico.

14

A essas áreas, acrescentam-se: Língua Estrangeira (eleita pelo Estado para compor o currículo pleno); Eixos Integradores (espaço de interdisciplinaridade, em que os conteúdos das disciplinas das diferentes áreas são articulados em torno das experiências dos professores cursistas, funcionando como elemento agregador de todas as áreas); Eixos Temáticos (grandes temas que permeiam as áreas temáticas referentes à formação pedagógica); Projeto de estudo (atividade de pesquisa e/ou ação pedagógica sobre algum aspecto – social, histórico, cultural, ecológico, etc. – de sua realidade local).

O acervo de livros (material autoinstrucional) é composto pelo Guia geral do Proinfan-

til, 34 Livros de Estudo das áreas temáticas do Ensino Médio que contêm os textos para os estudos individuais; 32 Livros de Estudo das áreas pedagógicas da Educação Infantil (Fundamentos da Educação/FE e Organização do Trabalho Pedagógico/ OTP); 32 Cadernos de Aprendizagem, contendo exercícios com base nos Livros de Estudo.

Além deste material, o programa tem dois livros para os tutores: o livro do tutor, contendo

do orientações para as atividades que cabem a ele desenvolver no acompanhamento do cursista; e o livro de apoio ao tutor, com textos de estudos sobre diferentes questões da prática: registro de atividades, planejamento, memorial, trabalho com bebês, entre outros.

A seguir, trazemos a Matriz Curricular tanto do Volume I (Base Nacional do Ensino Médio) como do Volume II (Formação Pedagógica).

Matriz curricular - Volume I - Base Nacional do Ensino Médio

MÓDULOS	ÁREAS TEMÁTICAS				NÚCLEO INTEGRADOR		
	Linguagens e códigos	Identidade, sociedade e cultura	Matemática e lógica	Vida e natureza	Eixos integradores		Projetos de estudos
1º	Sistemas simbólicos	Sociologia, Filosofia e Antropologia	Matemática I	Biologia, Física e Química I	Educação, sociedade e cidadania	Construção da identidade profissional	Integração escola-comunidade
2º	Língua Portuguesa I Língua Estrangeira I	História e Geografia I	Matemática II		A escola como instituição social		
3º	Língua Portuguesa II Língua Estrangeira II		Matemática III	Biologia, Física e Química II	Organização do ensino e do trabalho escolar		
4º	Língua Portuguesa III	História e Geografia II		Biologia, Física e Química III	Teoria e prática educativa e especificidade do trabalho docente		

MÓDULOS	ÁREAS TEMÁTICAS		NÚCLEO INTEGRADOR IDENTIDADE PROFISSIONAL	
	Fundamentos da Educação	Organização do trabalho Pedagógico	Eixos Temáticos Horizontais	Eixos Temáticos Verticais
I	História, Legislação e Política Educacional		Educação, Sociedade e Cidadania: <i>Perspectivas históricas, sociológicas e políticas de El</i>	O desenvolvimento Infantil
II	A criança e suas interações	Promovendo as interações e brincadeiras infantis	Infância e Cultura: <i>Linguagem e desenvolvimento humano</i>	Ciência e cultura no mundo contemporâneo
III	Proposta Pedagógica: conceitos, elementos constitutivos e mediadores	Contexto de aprendizagem e desenvolvimento	Crianças, adultos e a gestão da educação infantil	O professor: ser humano e profissional
IV	Pressupostos teórico-metodológicos do trabalho docente	O trabalho do professor: organização e gestão do cotidiano	Contextos de aprendizagem e trabalho docente	Ética

O Programa procura garantir a qualidade do processo de formação por meio de diversas estratégias. O material autoinstrucional impresso é complementado pela orientação dos tutores e pelo serviço de comunicação permanente entre os cursistas, os tutores e as agências formadoras.

Tutores e toda equipe da AGF (coordenadores, API e PF) também passam por um processo de formação. Antes das Fases Presenciais, há os encontros estaduais de formação, com 32 horas de duração cada um. São propostas palestras, oficinas, atividades culturais relativas, principalmente, aos eixos temáticos ho-

horizontais e verticais. Cada universidade organiza estes momentos de formação do jeito que melhor atenda aos grupos de TR e de AGF de seus estados e municípios. Algumas universidades fazem a formação do TR separada da formação da AGF, outras integram as duas formações, integral ou parcialmente. Estes encontros estaduais têm como objetivos estudar e ampliar os conhecimentos dos TR e de toda equipe da AGF sobre a Educação Infantil, discutir conceitos e articulações entre teoria e prática a partir das temáticas abordadas em cada módulo, planejar as fases presenciais, discutir os instrumentos e ações do programa, enfim, subsidiar o trabalho pedagógico tanto do TR, quando da equipe da AGF. São encontros que provocam discussões e estudos sobre os mais diversos temas que dizem respeito à EI e que têm fortalecido a visibilidade desta etapa educacional, nos âmbitos estaduais e municipais, permitindo uma melhor compreensão das especificidades da EI. Um dos desafios do programa e da formação de TR e PF é conjugar as disciplinas da base comum do Ensino Médio com as pedagógicas da Educação Infantil e envolver todos os professores formadores com as questões das práticas dos cursistas. O processo de formação visa também favorecer a discussão sobre como os conhecimentos de todas as disciplinas interferem na vida do cursista e no seu trabalho com as crianças, desviando da perspectiva da esterilidade dos conteúdos, mas também evitando uma aplicação instrumental deles.

O processo de formação de TR e da equipe da AGF se estende e se alarga para muito além das 32 horas por módulo. Cada universidade tem suas ações e estratégias de formação continuada, com situações e encontros diversos que promovem ao longo de todo curso do programa tais como: informativos (impressos e on line), grupos de estudos, palestras e encontros na universidade e nas Jornadas Mensais que acontecem nas AGF, entre outros. Cabe ressaltar que, mensalmente, o Assessor Técnico Pedagógico do Proinfantil - ATP, geralmente um especialista na área da EI, vai a cada AGF acompanhar o trabalho ali desenvolvido. O ATP, especialmente a partir do Grupo 3, é uma pessoa vinculada à universidade e à CNP e exerce uma função fundamental de articulador (no quadro da estrutura organizacional ele aparece com muitos “braços”). Sua formação na área pedagógica lhe permite fazer um acompanhamento não apenas técnico, mas também pedagógico. Assim, muitos deles, além de resolver questões administrativas imediatas, auxiliam e/ou participam dos grupos de estudos (de TR e de PF), dialogam e sugerem leituras, acompanham a elaboração dos projetos de estudos dos PC, visitam algumas Instituições de Educação Infantil - IEI e até assistem a algumas práticas. Estão sempre presentes nos EQ (por amostragem), são informados pelo API dos planejamentos das atividades ali desenvolvidas pelos tutores, participam de Jornadas Mensais nas AGF (por amostragem). Nesta perspectiva, o

Proinfantil tem ocupado um importante espaço na formação de professores do estado – junto aos formadores das escolas de Ensino Médio responsáveis pela formação dos futuros professores – e dos municípios – junto às equipes das secretarias de educação. Sua dinâmica de acompanhamento e de incentivo aos estudos⁶ tem fortalecido estas equipes locais e estreitado os laços entre os parceiros: universidades, estado e municípios.

Os tutores são professores vinculados às secretarias municipais de educação, com formação pedagógica em nível superior, preferencialmente, ou em nível médio com grande experiência no magistério; experientes no trabalho pedagógico com crianças em creches, pré-escolas e turmas de Educação Infantil. O tutor acompanha não só as atividades autoinstrucionais que o cursista desenvolve a partir dos Livros de Estudo, mas também sua prática pedagógica e outras atividades do curso. É uma pessoa-chave para ajudar o cursista a cumprir as atividades, acompanhando o seu desenvolvimento ao longo do curso. Visita sistematicamente a prática do cursista, planeja e dinamiza os Encontros Quinzenais (onde são tiradas as dúvidas no preenchimento dos cadernos de aprendizagem e onde se discutem diversos aspectos da formação), orienta os Projetos de Estudos, avalia e comenta os instrumentos do Portfólio. Compete à Agência Forma-

dora acompanhar e apoiar o trabalho do Tutor, bem como o desenvolvimento da formação do cursista.

A metodologia do Proinfantil valoriza as experiências culturais e os conhecimentos prévios do cursista, tomando-os como ponto de partida para a reflexão e a elaboração teórica. O Programa utiliza práticas de aprendizagem que não se configuram apenas como autoaprendizagem, mas também como interaprendizagem, quebrando o isolamento profissional em que se encontra grande parte dos professores.

A avaliação no Proinfantil tem como princípios o olhar observador, o incentivo à escrita, a formação do leitor, a promoção dos professores cursistas e de suas aprendizagens, o desenvolvimento da autonomia, a autoavaliação, o compromisso com o social e o caráter formativo.

Ao longo do curso, o cursista é avaliado mediante a utilização de vários instrumentos: Caderno de Aprendizagem (CA); Portfólio (planejamento diário, memorial e registro de atividades); Prática Pedagógica (PP); Provas Bimestrais (PB1 e PB2) e Projeto de Estudo. Assim, instrumentos objetivos aliam-se a instrumentos em que a subjetividade ganha o primeiro plano. O cursista é convidado a escrever e refletir sobre seu processo

de vida e formação (no memorial), a descrever e analisar experiências com as crianças (no registro reflexivo), promovendo integração entre formação intelectual e experiência pessoal/profissional.

O Proinfantil procura enfatizar elementos que contribuem para o incremento da autoestima do cursista, assim como de sua potencialidade humana e intelectual, estimula a autorreflexão, a formação conjugada à qualificação das práticas, a participação do cursista na vida da comunidade e na luta por melhores condições de vida.

Embora não seja possível, neste texto, trazer toda a riqueza das especificidades locais, trazemos a seguir algumas questões que têm surgido na complexa dinâmica da formação em serviço.

O PROINFANTIL – A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O Proinfantil possibilita múltiplas formas de intervenção e qualificação do trabalho a Educação Infantil. Destaca-se por ser um programa de formação de profissionais em exercício. Assim, ao mesmo tempo em que contribui para a qualificação daqueles que atuam com as crianças, interfere nas práticas, à medida que fazem parte das atividades do cursista o planejamento de experiências com as crianças e reflexões sobre o fazer.

Também a instituição em que o cursista trabalha é afetada, tendo em vista que a construção e re-construção do cotidiano é uma perspectiva importante do curso. É comum vermos os gestores/diretores incomodados com o “novo” que o cursista experimenta, ou, então, convidando-o para apresentar para a instituição os fundamentos das atividades experienciadas.

A qualificação e o processo de habilitação do profissional leigo desafiam as práticas instituídas. Algumas vezes, há oposição das coordenações ou direções das escolas às práticas “novas” que o Proinfantil instiga e as cursistas querem experimentar. Uma tutora contou que sugeriu à cursista que sentasse no chão com as crianças, pois elas subiam e desciam sem cessar das carteiras disponíveis, quando sentadas nelas. Quando a direção da escola viu as crianças no chão em roda com a professora, ficou aborrecida (‘a roupa ia sujar’) e a cursista reagiu “foi a tutora do Proinfantil quem falou pra fazer assim”. De fato, o novo precisa de respaldo institucional para ser experimentado, se não fica muito frágil e se “desmancha no ar”.

De modo geral, pelo relato do que os tutores observam nas instituições, percebemos que as práticas na Educação Infantil ainda se pautam por modos de relação com as crianças impositivos, disciplinares, transmissivos. As experiências com as crianças parecem ter o feito de uma aula do Ensino Fundamen-

tal, já que a exposição de conceitos domina (mesmo tendo a intenção de partir do que as crianças já sabem). Por outro lado, aspectos burocratizados e mecanizados da rotina (como músicas de comando e filas para o deslocamento dentro da escola) são naturalizados. Estas práticas opõem-se à proposta do Proinfantil, que valoriza a participação e a ação das crianças na construção das atividades diárias.

No Proinfantil, a avaliação e o planejamento são compreendidos como caminhos de reflexão sobre a prática, no sentido da revisão e da transformação permanente dela. Acima de tudo, busca-se discutir as práticas e seus sentidos e todo o processo de reflexão da/na prática se torna espaço através do qual o professor pode valorizar a si mesmo.

Por sua vez, as práticas de planejamento e as propostas de atividades tuteladas pelas coordenações, bem como a mecanização do trabalho com as crianças, diferem das proposições do Proinfantil, nas quais o cursista é convidado a produzir o planejamento, a refletir sobre ele e a construir práticas nas quais as crianças são ativas, críticas e criativas. Registros e planejamentos se constituem como instrumentos que visam à construção de sentido pelo professor sobre o que faz. As práticas, os relacionamentos, as estratégias de ensino-aprendizagem são focos do trabalho que garantem o engajamento do professor cursista com a vida. Vale desta-

car que, apesar de muitas atividades do programa focalizarem os conteúdos dos módulos, os diferentes momentos e instrumentos de formação comprometem-se firmemente com as implicações do trabalho do professor com as crianças.

No Proinfantil, as crianças e seus processos de aprendizagem são considerados numa perspectiva social e inventiva, na qual estão em jogo relacionamentos dialógicos, bem como a autoria e a autonomia de cada um. Essas diretrizes encaminham para a valorização da expressividade das crianças e dos adultos/professores e, de modo geral, diferem das perspectivas das escolas pautadas em modelos lógicos, instrucionais, calcados na heteronomia de crianças e adultos. À medida que aprendem sobre a potência das crianças, os professores cursistas aprendem também sobre suas próprias possibilidades. E como o Proinfantil não é um programa que visa informar o professor, mas formá-lo, ele vai mudando a sua visão sobre si mesmo, percebendo-se potente e capaz.

É relevante destacar que algumas discussões mais recorrentes sobre as práticas revelam as peculiaridades dos professores cursistas, suas concepções e os caminhos de reflexão e mudança que o Programa vai suscitando nos seus fazeres. Segundo observações de tutores, é comum que, inicialmente, os cursistas organizem as atividades com as crianças tendo em vista conteúdos a transmitir; pou-

co a pouco, o diálogo, a brincadeira, como experiência de cultura; a arte como modo de valorização da cultura e da expressão vão ganhando espaço nas instituições

O material impresso nos livros de estudo traz a Arte e a Cultura como eixos do trabalho. A formação da criança é focalizada como formação cultural e o mesmo é proposto para o professor. Dessa forma, tutores, professores formadores e cursistas são convidados a pensarem-se como sujeitos que também produzem cultura, relações entre diferentes linguagens, reflexões críticas que lhes permitem crescer como profissionais e cidadãos.

Ao longo destes cinco anos, muitos são os depoimentos que revelam as mudanças de paradigma na forma de pensar as crianças e a Educação Infantil provocadas pelo programa. Muitos são também os professores que se sentiram valorizados ao terem a oportunidade de ampliar sua formação. Depois de dois anos de um processo de formação reflexivo e dialógico, cabe a pergunta: como este processo contribuiu para a transformação da prática? Como as implicações pessoais de uma formação em serviço contribuem para as questões sociais e coletivas? Em que medida o macro das políticas públicas e o micro do cotidiano das turmas de educação infantil se inter-relacionam?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS PARA POLÍTICAS

O Proinfantil, como um curso de Ensino Médio, modalidade Normal, é a exigência mínima de formação do docente da Educação Infantil. Espera-se que o programa possa cumprir com a sua finalidade de dar a cada professor em exercício a oportunidade de crescer profissionalmente, despertando a reflexão sobre/na prática e o gosto pela continuidade do processo formativo. Espera-se também que a Educação Infantil e a formação de professores da primeira etapa da Educação Básica possam entrar nas agendas das políticas públicas, especialmente as municipais, de forma articulada, inserida numa proposta democrática de ampliação do acesso das crianças a uma Educação Infantil pública, laica, gratuita e de muita qualidade. Qualidade que se traduz nas condições físicas dos equipamentos e, principalmente, nas relações que ali se estabelecem entre crianças, adultos, saberes, conhecimento, cultura, o que implica em pessoas. Pessoas sensíveis e com uma formação consistente no campo da Educação Infantil. Concluímos este texto com algumas recomendações:

- Nos projetos, programas e políticas de parceria entre os entes federados, é preciso levar em conta as articulações com secretarias e setores. Uma política de for-

- mação de professores, por exemplo, precisa estar articulada ao setor administrativo-financeiro. Questões de prioridade de investimento e alocação de verbas não podem justificar contratações de pessoal à revelia de uma Lei Nacional (Art. 62 da LDB). Por sua vez, esforços de investimento na formação de professores não podem ser neutralizados e até anulados quando não se pensa sistemicamente as diferentes ações e programas. É incoerente participar do Proinfantil e, ao mesmo tempo, contratar profissionais sem a formação mínima exigida por lei;
- O Proinfantil é um programa emergencial, não foi concebido para atender a novas demandas que emergem de ações recentes desarticuladas das leis e políticas nacionais. Também não foi concebido para atender aos desvios de função (como, por exemplo, merendeiras e porteiros exercendo função docente);
 - O Proinfantil foi criado para corrigir distorções históricas. Cabe a cada município não mais contratar profissionais sem a formação mínima exigida por lei. Qualquer contratação neste sentido é ilegal e não cabe a um programa de parceria entre entes federados compactuar de distorções da legislação vigente;
 - O Ensino Médio é última etapa da Educação Básica, direito de todos os cidadãos e de todos os trabalhadores. É de responsabilidade dos estados e deve atender às demandas sociais. Portanto, as Secretarias Estaduais de Educação precisam conhecer qual é a demanda⁷ pelo Ensino Médio, modalidade Normal, para ampliar e melhorar a qualidade da sua oferta nas suas redes estaduais de ensino;
 - Os municípios precisam criar plano de carreira para o magistério de Educação Infantil. Sabe-se que, na Educação Infantil, quanto menores as crianças, maior a necessidade de adultos para desenvolver o processo educativo. A pergunta recorrente é se seria necessário que todos fossem professores. A resposta é sim, já que para ser professor de criança pequena no Brasil exige-se apenas o Ensino Médio, isto é, Educação Básica. É necessário, como também o é para se trabalhar em outros setores, como limpeza urbana⁸ e enfermagem. É urgente um plano de carreira na Educação Infantil que diferencie atribuições, responsabilidades e salário de um trabalhador de nível médio, portanto, técnico, de um de nível superior⁹;
 - A experiência formativa do Proinfantil pode servir de referência para as refor-

7 É preciso ver a demanda especialmente de jovens na idade de obrigatoriedade escolar (até 17 anos) que querem seguir a carreira de professor e que precisam se inserir no mercado de trabalho para continuar investindo na sua educação. O Ensino Médio Normal precisa ser compreendido como um curso técnico.

8 No Rio de Janeiro, o concurso para gari da Comlurb - Companhia de Limpeza Urbana exigiu Ensino Médio. Já no concurso para agentes auxiliares de creches a exigência foi apenas Ensino Fundamental completo.

mulações curriculares do Ensino Médio, modalidade Normal, dos estados e também para diferentes ações de formação continuada organizadas pelas Secretarias Municipais de Educação;

- Os 64 livros de OTP e FE podem ser trabalhados separadamente, em cursos de formação continuada, nas áreas pedagógicas, otimizando, assim, o material produzido no âmbito de um programa emergencial;
- Os memoriais de formação, os registros reflexivos, os planejamentos diários, os registros de atividades desenvolvidas, o acompanhamento das práticas com reuniões para reflexão sobre as observações, todos estes recursos metodológicos constituem um legado precioso para o processo formativo dos professores, que podem ser desenvolvidos pelas secretarias em ações e projetos de formação continuada;
- Diferentemente do que se contabiliza de forma imediatista, pesquisas revelam que a Educação Infantil de qualidade é um investimento com retornos a curto, médio e a longo prazos. Portanto, é preciso refazer as contas e contabilizar os impactos de uma educação infantil de qualidade para as crianças, para as famílias, para o sistema educacional e para a sociedade como um todo;
- Em que pese o juízo de valor que a palavra qualidade alude, há documentos publicados pelo MEC – Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, Parâmetros Básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil e Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil –, que foram construídos democraticamente e que estão disponíveis para servirem de base para se pensar a qualidade da Educação Infantil;
- Foi uma opção política brasileira, por ter uma história marcada pela exclusão, discriminação e desigualdade, que se concebeu a Educação Infantil de 0 a 6 anos, com dois segmentos integrados e articulados, vinculados a uma única ideia de Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica (educação institucional, formal, sujeita aos órgãos de regulamentação etc.). Creches e pré-escolas no Brasil fazem parte das políticas públicas educacionais e devem ter suas especificidades, sem abrir mão de uma proposta pedagógica e de professores qualificados e habilitados para a função que exercem. Ações de outros setores como assistência, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer são bem-vindas, podem e devem se articular à educação, mas não a substituem. Portanto, cada turma de Educação Infantil deve estar sob a responsabilidade de um professor;

Programas de formação para professores em exercício na EI se articulam tanto às políticas de Educação Infantil, quanto às de Formação de Professores. Por sua vez, ambas se relacionam a políticas para infância. No âmago destas articulações encontram-se as perguntas: o que queremos para as crianças? O que é importante para a sua educação? Como nós, adultos, estamos temporalmente distantes da nossa infância, corremos o risco de responder seguindo os nossos antigos desejos da criança que fomos. A resposta do passado para o futuro pode deixar escapar o tempo presente e se descontextualizar. Mas Arendt (1997) alerta para o fato de que cabe ao adulto, diante dos recém-chegados, a responsabilidade de designar o mundo, de preservar o passado para que eles possam renová-lo. A educação para a autora se volta para o passado, para o mundo não sucumbir aos que chegam. Portanto, temos, paradoxalmente, a responsabilidade de disponibilizar para as crianças o legado até então construído e apostar na renovação, no imprevisível.

As crianças são contemporâneas, sua memória é breve e seu tempo é o agora. A infância é um tempo aberto às descobertas, ao novo. Tempo de possibilidades e ampliações, tempo das intensidades, tempo singular. A infância é breve, mas a criança que fomos permanece em nós com suas *raízes crianceiras* a nos apontar caminhos porque, como versa o poeta Manuel de Barros (2003), das

suas raízes crianceiras vem sua visão comungante e oblíqua das coisas (...). Eu tenho que esta visão oblíqua vem de eu ter sido criança em algum lugar perdido onde havia transfusão da natureza e comunhão com ela. Era o menino e o bichinho. Era o menino e o sol. O menino e o rio. Era o menino e as árvores.

Que transfusões e comunhões fazem as crianças de cada uma das inúmeras infâncias que coexistem em nosso tempo? Como nós, adultos, nos afetamos com as crianças e suas infâncias? O menino e a rua, o menino e o celular, o menino e o videogame, o menino e o computador, o menino e as tintas, o menino e o mar, o menino e as histórias... Como a Educação infantil pode fazer a diferença na vida de cada menino, de cada menina, no imediato do seu tempo contemporâneo? O que pode fazer um programa de formação de professores de Educação infantil para aproximar as infâncias e alterar os cotidianos das crianças?

EDIÇÃO ESPECIAL: PROINFANTIL EM DEBATE

A Edição especial: Proinfantil em debate, com veiculação no programa Salto para o Futuro no dia 3 de dezembro de 2010, coloca em pauta a importância da formação de professores que atuam nas creches e pré-escolas. A conversa enfocará, em especial, o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – PROIN-

FANTIL – que é um curso, em nível médio, na modalidade Normal, que proporciona aos professores sem a habilitação mínima exigida pela legislação vigente e que atuam como docentes nas instituições de educação infantil, o domínio dos conteúdos do Ensino Médio e a formação pedagógica necessários para a melhoria da qualidade de sua prática profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BARROS, M. *Memórias Inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

MEC-SEB. Guia Geral, Coleção Proinfantil. Brasília, 2005.

MEC-SEB. Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil. Vol. I e Vol. II. Brasília 2008.

MEC-SEB. Parâmetros Básicos de infra-estrutura para instituições de Educação Infantil. Brasília, 2008.

MEC-SEB. Indicadores de Qualidade para a Educação infantil. Brasília, 2009.

Presidência da República

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

Direção de Produção de Conteúdos e Formação em Educação a Distância

TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO

Coordenação-geral da TV Escola

Érico da Silveira

Coordenação Pedagógica

Maria Carolina Machado Mello de Sousa

Supervisão Pedagógica

Rosa Helena Mendonça

Acompanhamento Pedagógico

Ana Maria Miguel

Coordenação de Utilização e Avaliação

Mônica Mufarrej

Fernanda Braga

Copidesque e Revisão

Magda Frediani Martins

Diagramação e Editoração

Equipe do Núcleo de Produção Gráfica de Mídia Impressa – TV Brasil

Gerência de Criação e Produção de Arte

Consultora especialmente convidada

Patrícia Corsino

E-mail: salto@mec.gov.br

Home page: www.tvbrasil.org.br/salto

Rua da Relação, 18, 4º andar – Centro.

CEP: 20231-110 – Rio de Janeiro (RJ)

Dezembro 2010